

Mas, afinal, o que é empoderamento?

RESENHA

Gustavo Augusto Assis Faustino
E-mail:
gustavoaugusto531@gmail.com
Universidade Federal de Goiás,
Goiânia, Goiás, Brasil

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019. 184p.

PANORAMA GERAL DA AUTORA E OBRA

Este livro, escrito por Joice Berth e editado pela Pólen, faz parte do selo editorial Sueli Carneiro, da Coleção Feminismos Plurais, sob coordenação de Djamila Ribeiro. No panorama editorial brasileiro, a publicação se torna vital para sustentar e fomentar a popularização e a disseminação de alguns conceitos mais atuais do feminismo, no que se refere ao combate por igualdade social, equidade em direitos humanos, gênero, raça, orientação e outros marcadores de diferença. Nele, Joice Berth, feminista negra, arquiteta e urbanista, nos apresenta grandes contribuições e reflexões acerca do empoderamento.

O livro, inicialmente, contém a apresentação de Djamila Ribeiro, explicando sobre a necessidade histórica de dar voz a grupos historicamente marginalizados (mulheres negras e indígenas, bem como homens negros de regiões diversas do país). Nesse sentido, compreendendo a linguagem como uma das manutenções do controle de poder, a Coleção Feminismos Plural tem como um de seus compromissos promover um mecanismo de linguagem e comunicação mais didático, tal como nos ensinam as feministas negras.

Dessa forma, Joice Berth explica sobre muitas narrativas voltadas à temática, dado que ainda não compreendem quem dá poder e o tipo de poder do qual estamos falando. Para Hannah Arendt, conforme explicitado por Berth, existe uma noção de poder baseada em uma ação coletiva, haja vista que o poder não é uma propriedade do indivíduo, logo se aplica na necessidade de empoderar grupos minoritários. Já para Michel Foucault, de acordo com as reflexões da obra em análise, existe uma espécie de microfísica do poder, pois este é atravessado por toda a estrutura social. Desde esse ponto de vista, as relações de poder exercidas sobre os corpos em diferentes âmbitos, incluindo o da educação, marcadas essencialmente pela disciplina, se configuram como elementos da imposição normatizadora, sob a ótica da biopolítica, do poder dos corpos e da educação.

Ao partirmos desse pressuposto, quando analisamos o conceito de empoderamento, Joice Berth nos ensina que a questão se trata de um mecanismo de emancipação política e social, que atua em lutas dentro dos grupos minoritários em direitos. Nesse sentido, há uma necessidade de questionar continuamente de que poder estamos falando e quais os possíveis caminhos de trabalho social empregaremos, no sentido de não inverter a lógica atual, mas de subvertê-la.

A noção de empoderamento não parte da premissa de destituir o poder de um e oferecer a outro, mas do combate e eliminação de situações injustas, bem como da equalização das (r)existências na sociedade. Além disso, é necessário fazer articulações de reconstrução nas bases das relações sociopolíticas de poder, rompendo com essa lógica opressora, visto se tratar de assertividades individuais, de protesto e de mobilização coletiva.

Deve-se considerar que, no Brasil, a palavra “empoderamento” é um neologismo, isto é, refere-se a um fenômeno linguístico que cria uma palavra/expressão nova ou, ainda, atribui um novo sentido a uma palavra já existente. Dessa forma, ao se referir ao “empoderamento”, sobretudo em tempos contemporâneos, torna-se uma tarefa árdua e complexa, por se tratar de um conceito relativamente recente e que, conseqüentemente, vem sendo criticado com severidade, sendo distorcido e incompreendido, em razão da maneira esvaziada em que está sendo utilizado.

De acordo com Rute Baquero, em apontamentos feitos por Joice Berth, a compreensão histórica da Teoria do Empoderamento está ligada à informação como instrumento de liberdade. Assim sendo, Barbara Bryant Solomon, de acordo com a autora feminista, inaugurou a aplicação de tal teoria para a pesquisa e gestão social de populações invisibilizadas pelo olhar dominante.

Por outro lado, inúmeras literaturas apontam o educador brasileiro Paulo Freire, já na década de 60, como um dos precursores da aplicação da Teoria da Conscientização na realidade dos grupos oprimidos, a qual culminou a Teoria do Empoderamento. Nessa corrente do pensamento, as pessoas refletem a partir da própria realidade concreta do sujeito, ou seja, como prática para a libertação e de estratégias de atuação de grupos oprimidos. De igual forma, os próprios grupos subalternizados deveriam se empoderar a si próprios, processo esse que se inicia com a consciência crítica da realidade, aliada a uma prática transformadora.

Conseqüentemente, a libertação é um ato social que se desenvolve desde ao social e ao coletivo. Como explica Joice Berth, o oprimido na obra de Paulo Freire tem um limite, pois o oprimido não é um conceito e/ou sujeito abstrato, mas é marcado por gênero, raça, sexualidade, identidade de gênero e outras categorias. Na década de 1980, havia uma crescente articulação entre o pensamento feminista e a abordagem de Paulo Freire na América Latina. Por tal razão, é importante salientar que, naquela época, havia outras visões importantes influenciando ativistas e movimentos sociais que emergiram no momento.

Dessa forma, cabe entendermos que todas essas discussões elencadas são atreladas às dinâmicas e significados das opressões estruturais. Ao partirmos desse princípio, é fundamental pensar o movimento feminista com base em sua interseccionalidade – negras, indígenas, latino-americanas e mulheres de cor ou não brancas, entre outras –, além de compreender todas as desigualdades de gênero. De igual forma, resulta compreender o esvaziamento da narrativa discursiva sobre “empoderamento feminino”, que contribui para uma despolitização do conceito, frente a um reducionismo das lutas.

Nesse sentido, para Madalena León, como bem pontua Joice Berth, a noção de empoderamento precisa incluir mudanças coletivas e individuais (faces indissociáveis do mesmo processo), envolvendo uma dinâmica em comunidade, solidariedade e cooperação. Em outras palavras, na acepção freiriana, a condição da existência da consciência crítica se torna um fator indissociável do

empoderamento. Enquanto isso, observamos hodiernamente um silenciamento, uma indisposição institucional, bem como uma negação midiática e política para a reflexão da população negra.

Ao mesmo passo, o silenciamento também se torna uma tecnologia de opressão, uma vez que aquilo que não se debate se torna um enorme atraso na produção de conhecimento por parte dos grupos oprimidos. Nesse aspecto, o conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw, tal como as discussões sobre o Feminismo Negro Brasileiro, por Sueli Carneiro, tornam-se elementares para esse debate.

Na sequência, Joice Berth elucida como as discussões acerca da abordagem do empoderamento perante o viés da perspectiva econômica são práticas de fortalecimento de comunidades por meio de políticas públicas e por organizações não governamentais. De acordo Jorge Romano e Marta Antunes, como exposto por Berth, a noção do conceito de empoderamento está relacionada com as narrativas dominantes de *mainstream* de agências internacionais, conseqüentemente operando no controle social dos grupos oprimidos. Nessa perspectiva, não poderia haver a emancipação do empoderamento sem haver mudanças nas dinâmicas das relações de poder. Além disso, Gita Sem explica que os governos, agências e ONGs não empoderam as pessoas e as organizações. No entanto, o que essas instituições podem fazer é auxiliar para a criação de um ambiente favorável ou, pelo contrário, promover obstáculos para este processo. Dito isso, é importante destacar a importância do movimento *black Money*, dirigido justamente para fazer girar o dinheiro, bem como o consumo, na comunidade negra.

No Brasil, pensando sob a ótica da gestão pública, podemos analisar várias pesquisas. O programa Bolsa Família, implementado pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, funcionou como um grande exemplo que favoreceu muitas mulheres, as quais, por sua vez, puderam acessar o mínimo de autonomia, obtendo uma renda e fazendo uma mudança nas relações de poderes em suas mais diversas famílias.

Por conseguinte, Joice Berth nos chama a atenção para as ressignificações promovidas pelo Feminismo Negro. Importa considerar, dessa maneira, tais considerações, sempre estiveram presentes no decorrer do livro. Em outras palavras, torna-se necessário reconhecer as potencialidades no pensamento das mulheres negras. Segundo o que afirma Lélia Gonzalez, sob a ótica da autora, não somente as narrativas sobre a opressão devem ser compartilhadas, mas deve-se, também, (re)conhecer os percursos por elas trilhado nessas condições. Já Patricia Hill Collins nos chama a atenção para compreendermos o feminismo negro como um mecanismo de perspectivas múltiplas capaz de combater as opressões estruturais, desde as ferramentas políticas instituídas pelas mulheres negras, tal como conceber as suas potências. Para bell hooks, por sua vez, é necessário transformar essa realidade como um instrumento de luta emancipatória, bem como transgredir as fronteiras colocadas pelo racismo, sexismo e opressão de classe. Além disso, ao compreender todas essas necessidades do indivíduo, é levantada a questão da abordagem do amor enquanto uma prática de liberdade. Em conformidade a isso, assim como Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, Sueli Carneiro e tantas outras pensam ser necessário observar as nuances de uma ótica interseccional, não havendo uma sobreposição de opressões nem hierarquizações, com vistas a analisar como há um inter-relacionamento entre elas.

Em tempo posterior, Joice Berth nos apresenta uma noção da estética e da afetividade para compreendermos o empoderamento. Inicialmente, a estética está relacionada ao que é belo, no entanto, esse modelo pode ser e é modificado, alterado e manipulado a depender da ótica que se analisa e da época histórica. Por um lado, temos os padrões que determinam quais pessoas são aceitas na sociedade e, por outro lado, temos os grupos socialmente oprimidos e que sempre foram fatalmente negados, excludentes em razão de normas, sendo, assim, pessoas não aceitas. Dessa maneira, elementos tais como os cabelos são instrumentos estéticos que podem ser utilizados como categoria de autoconfiança e de afeto com a pessoa. De tal modo, é fundamental entendermos toda essa lógica estrutural da aparência e de uma beleza naquilo que advém da pessoa branca, em detrimento da estética de pessoas negras. São tecnologias e subsídios sociopolíticos que perduram por séculos, sendo necessário romper com esse epistemicídio e alterocídio.

Ademais, o Feminismo Negro ou o Movimento de Mulheres Negras, dentro dos feminismos, se firmam como uma tradição de suma importância para a retomada do debate analítico e conceitual da trajetória de empoderamento, pois para elas significa uma condição de sobrevivência. Cabe trazer para o debate o fato de que nem todas as pessoas negras que utilizam elementos estéticos da cultura negra, tal como os turbantes, dreadlocks, tranças ou até mesmo o cabelo natural, são sabidas dos obstáculos sociopolíticos projetados naquela aparência. Há tecnologias de operacionalização para a rejeição e desestímulos que deixam em destaque apenas a cultura racista da branquitude, mantendo uma dominação sobre a população negra.

Dessa forma, obter uma valorização estética negra se torna uma tarefa difícil diante de todas essas armadilhas, que promovem a negação e o detrimento da consciência das pessoas sobre suas aparências. Falar sobre a afetividade, bem como sobre o fortalecimento para obter uma autoestima, é falar do cultivo de estratégias conscientes acerca da estética própria para um processo de empoderamento: amar-se.

Para finalizar, Joice Berth ressalta a existência de um vasto horizonte de possibilidades para a resistência às opressões contra os grupos oprimidos, o que envolve uma prática emancipadora. Em vista disso, ao se compreender o empoderamento como uma ação feita na realidade prática, é indispensável empoderar-se entre si, não se distanciando do sentido original e consequente da apropriação do discurso, para que, então, outras pessoas possam trilhar esse caminho.

Portanto, em vista do que se expõe, esse livro se torna uma das grandes referências para a compreensão do que vem a ser o empoderamento. Além disso, suas perspectivas abrem espaços para as pessoas entenderem toda a trajetória e debate construído, sobretudo por mulheres negras, para o aprofundamento de um debate político, social e humanístico. Por fim, toda a coleção Feminismo Plurais tem essa sensibilidade de ser constituída por autoras negras e autores negros. Dessa forma, vale ressaltar que se trata de uma obra didática e acessível, além de ter uma maioria de pessoas negras na bibliografia como um modo de sofisticar o entendimento de conceitos caros a essa população, construindo, pois, um projeto de transformação social da sociedade.

REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019. 184p.



Recebido: 27/10/2020.

Aprovado: 08/03/2021.

DOI: 10.3895/cgt.v14n44.13367.

Como citar: FAUSTINO, Gustavo Augusto Assis. Mas afinal, o que é empoderamento? *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 577-581, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Gustavo Augusto Assis Faustino

Rua R-2, 63, Alameda Palmeiras - Chácaras Califórnia, Goiânia, Goiás, Brasil

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

